

Tribuna

## Um estelionatário no TCE?

Marco Peixoto, ex-deputado estadual pelo PP (Partido Progressista) do Rio Grande do Sul, e réu por estelionato em uma ação penal que tramita no Superior Tribunal de Justiça, deverá ser o próximo presidente do TCE-RS (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul).

Mas o que é o TCE? Instituído em 1935, é o órgão encarregado de efetuar o controle externo da administração pública do Poder Executivo e dos municípios gaúchos. Cabe à Corte fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, auditar todos os órgãos estaduais da administração direta e indireta, a Assembleia, o Poder Judiciário, o Ministério Público, as 497 prefeituras e câmaras de vereadores.

Os auditores do Tribunal elaboram relatórios dos atos da administração pública, que são analisados e julgados pelos conselheiros. O TCE tem autonomia constitucional para aplicar penalidades pecuniárias, solicitar devolução de dinheiro aos cofres públicos e recomendar a rejeição das contas de gestores.

O pleno da Corte é formado por sete conselheiros, sendo quatro indicados pela Assembleia e três pelo governador do Estado.

Na opinião do fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, a indicação de Peixoto para presidir o Tribunal é um retrocesso para a Corte.

Mas por que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitou denúncia por estelionato contra o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Marco Peixoto? O processo envolve a suspeita de manutenção de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa quando ele era



Roberto Braatz  
Vereador - PDT

deputado estadual, pelo PP, na Assembleia Legislativa, há seis anos.

A investigação, batizada como Operação Solidária, foi concluída pela Polícia Federal (PF) em março de 2012, quando 11 pessoas foram indiciadas. Quatro teriam recebido valores sem trabalhar, por meio de cargos em comissão (CCs).

O procurador-geral do MPC, Geraldo da Camino, afirma que a eventual designação de Peixoto para presidir a Corte “é incompatível com a moralidade” e solicita que a PGR (Procuradoria Geral da República) se posicione por uma “medida restritiva de direito de exercício da presidência” no processo. Nas últimas semanas, entidades como a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) e a ONG Contas Abertas posicionaram-se contra a indicação de Peixoto para presidir o Tribunal.

Agora veja o senhor, a senhora, apesar de tudo e das manifestações das entidades acima este ex-deputado do PP, réu por estelionato, poderá ser o novo presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Vai levar alguns anos para vermos uma faxina verdadeira. Mas ela acontecerá. Já está acontecendo. Apesar deste retrocesso no Rio Grande do Sul.

Tenho fé inabalável num amanhã melhor. Precisamos acreditar, perseverar, mas também trabalhar para tal. Eu acredito.